



MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Processo Nº: 0013/24

Trabalha 10 Fis: 02

Relatório de Histórico de Andamento de Atividades

PROTOCOLO

Identificador: d96536e7-9505-437f-a823-fc643223486d  
Protocolo: Processo Requerimento Nº 000013/2024  
Data: 03/01/2024 11:20:57  
Origem: SERV TECK FACILITES LTDA  
\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*  
Contato: SERV TECK FACILITES LTDA  
\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*  
Protocolador: MATEUS DE CASTRO  
Assunto: IMPUGNAÇÃO DE EDITAL - LICITAÇÃO  
Detalhamento: IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

versão completa

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo MATEUS DE CASTRO 03/01/2024 11:21:09	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO/RJ**

**Sr.(a) Pregoeiro(a)**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 268/2023**

**SERV TECK FACILITIES LTDA** CNPJ 23.985.691/0001-25, com sede à Rua Adelino Cardana, 293, Sala 706, Bloco C – Centro, Barueri/SP. CEP: 06401-147, neste ato representado por sua sócia que subscreve a peça, vem respeitosamente, com fundamento no artigo 41, § 2º da Lei nº 8.666/1993, interpor:

---

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

---

pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas:

**1. OBJETO DA LICITAÇÃO**

A presente licitação, na modalidade pregão eletrônico, tipo menor preço, para a aquisição de MATERIAL DIDÁTICO E EXPEDIENTE para atender as Unidades Escolares e o Núcleo Central da Secretaria de Educação no Ano Letivo de 2024.

**2. DAS INCONGRUÊNCIAS DO EDITAL**

Visando não deixar margens para eventuais dúvidas, a empresa Impugnante irá minuciosamente apontar cada irregularidade presente no instrumento convocatório.

**VÍCIO DE LEGALIDADE – EXIGENCIA DE ATENDIMENTO DE NORMA INTERNACIONAL “NORMA ASTM D 4236” PARA PRODUTOS COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO**

Primeiro zurrado deste Edital, diz respeito à exigência do atendimento da norma ASTM D 4236 (rotulagem), dispositivo internacional de caráter facultativo em âmbito nacional, para os itens “Caneta Hidrográfica – Tipo Jumbo” e “Lápis de Cor”.

Os itens destacados estão inclusos no rol de produtos, que obrigatoriamente deverão ser certificados de acordo com os requisitos da Norma ABNT NBR 15.236:2016 (Segurança de Artigos Escolares) determinados na Portaria nº 421/2021.

De acordo com a legislação que estabelece as medidas regulatórias para artigos escolares a Portaria Inmetro n.º 423/2021, em seu anexo IV, determina um rol taxativo de artigos escolares, que obrigatoriamente, devem passar por uma certificação para sua comercialização no território nacional.

A norma cogente determinar a testagem destes produtos, no sentido de garantir a sua segurança e qualidade destes produtos. Não é demais asseverar, que a procedimento de testagem, não é adotada na confecção dos itens destacados, conseqüentemente, pela sua desnecessidade. Caso o INMETRO, entende-se como obrigatória, como condição para comercialização as grandes marcas adotariam esse expediente.

Reforça-se, ainda, que os produtos enquadrados na lista de itens com **certificação compulsória do INMETRO**, a qual um regulamento determina que a empresa só possa produzir/comercializar um produto depois que ele estiver certificado.

Com efeito, a aposição do selo de conformidade do INMETRO, pressupõe a aprovação do material de acordo com as normas aplicáveis para determinar a segurança dos artigos escolares (NBR 15.236:2016), sendo suprimida a necessidade de atendimento da Norma ASTM D 4236, em razão do cumprimento das disposições contidas em norma de segurança específica brasileira.

No que concerne à exigência de certificação de produto que possui dispensa deste ato, o Edital que prevê tal requisito, contém ordem incompatível com a Constituição Federal que estabelece o art. 5º, inciso II da CF/88:

**Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:**

(...)

**II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;**

Importa reconhecer que a Administração Pública só pode fazer o que está previsto em Lei e tal vedação não encontra respaldo na Lei 8.666/93, nas palavras do Saudoso Professor Hely Lopes Meirelles:

***"Na Administração Pública, não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto, na Administração pessoal é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe. Na Administração Pública só é permitido fazer aquilo que a lei autoriza."*** (MIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 30. Ed. São Paulo: Malheiros, 2005)

Nesta esteira cognitiva, a jurista Maria Sylvia Zanella de Di Pietro, arremata:

***"Em decorrência disso, a Administração Pública não pode, por simples ato administrativo, conceder direitos de qualquer espécie, criar obrigações ou impor vedações aos administrados, para tanto depende de lei."*** (Di Pietro, Maria Sylvia Zanella; *Direito Administrativo*, 30 Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017)

Com efeito, qual for à modalidade adotada, "licitação" é um ato administrativo por definição legal e a Administração Pública não pode fazer constar em Edital exigência não prevista ou autorizada em Lei, visto que o ato administrativo não é lei e ao contrair a lei o ato administrativo será nulo de pleno direito.

## **VIOLAÇÃO DO CARÁTER COMPETITIVO DO PREGÃO – RESTRIÇÃO INDEVIDA DE OFERTAS PARA PRODUTOS DE PRATELEIRA.**

Para os itens elencados a seguir, produtos de prateleira, por assim dizer, a inclusão de especificações fora do padrão utilizado identificação dos mesmos, acaba por macular o espírito do pregão, direcionada para a aquisição de bens comuns.

**APONTADOR DE LÁPIS DE METAL - Lâminas em aço carbono** de alta qualidade, formatos ergonômicos, medindo aproximadamente 3,0cmx1cm. Produto certificado pelo INMETRO.

Para o item "apontador de lápis metal", a exigência que lâmina do produto seja procedente de aço carbono, acaba por reduzir a quantidade de marcas disponíveis no mercado, para, somente, uma fabricante: "Tilibra".

## Descrição do produto

O Apontador Metálico 1 Furo sem Depósito AP07 é produzido com material durável. Lâmina em aço carbono resistente, ideal para o dia a dia na escola, facilitando o atirador, apontador de esboço, desenhista e colorir.

Alta qualidade: Sim

Fácil de limpar: Sim

Lâmina em aço carbono: Sim

Maior resistência e durabilidade: Sim

Material: Metal

Modelo de apontador: Sem depósito

Produto certificado: INMETRO

Quantidade de furos: 1

Garantia: Garantia contra defeitos de fabricação

<https://www.tilibraexpress.com.br/apontador-metalico-1-furo-sem-deposito-ap07>

Deve-se primeiro conceituar que diferença entre aço carbono e aço inox não interfere na funcionalidade e qualidade da lâmina, visto que essa diferença está direcionada para a composição. Aço carbono tem na composição de até 2,11% de liga de ferro, já o aço inox apresenta liga de ferro, carbono e cromo, sendo este último em um percentual mínimo de 10%, ou seja, o aço inox também apresenta sua composição aço carbono. (<https://monferrato.com.br/conheca-as-diferencas-entre-aco-carbono-e-aco-inox/>)

Sob o prisma da competitividade, não se encontra justificativa técnica e comercial para a redução de ofertas disponíveis em prateleira, em razão da composição da lâmina. Para exemplificar, colacionamos diversas marcas com lamina em aço inox.

### a) KAZ

#### 701263 - APONTADOR SIMPLES METAL - KZ1401

- Apontador com base metálica.
- Apoio lateral para os dedos.
- Lâmina de aço inox.
- Robustez e durabilidade.
- Caixa com 24 unidades..
- Master 60 caixas



### b) BRW



#### Apontador metal retangular - pote c/ 24un

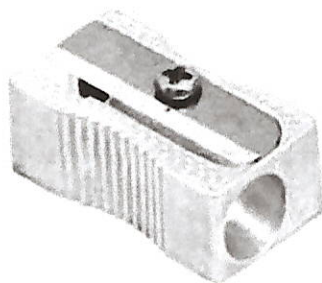
##### Descrição:

- Pote com 24 unidades
- Dimensões do produto: 2,5 x 1,3 x 1cm
- Dimensões da pote: 6 x 6cm

##### Material:

- Metal e lâmina de aço

### c) YINS



Modelo: YP7182 - Marca: YINS - Material: Aço Inoxidável - Referência: YP7182

#### APONTADOR DE METAL YP7182

Modelo: YP7182

##### Informação adicional

###### Descrição

Apontador de metal com lâmina de aço inoxidável e corpo em plástico resistente. Possui uma ranhura para o lápis e um orifício para a lixa.

###### Informação

Formato: retangular. Material: plástico. Cor: branco. Marca: YINS.

###### Cor

Branco

###### Marca

YINS

### d) MASTERPRINT



#### Apontador Metal MP1203 MasterPrint

Outros produtos: [MasterPrint](#)

Código do produto: 1403

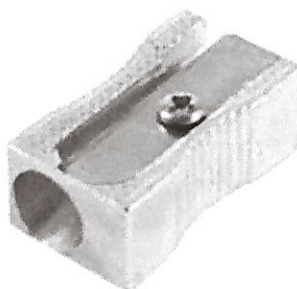
##### Descrição do produto

Apontador funcional Metal MasterPrint  
 Ref.: MP1203

###### Descrição:

- Pequeno e prático;
- Ótima apontabilidade;
- Lâmina de aço temperado com excelente fio de corte.

### e) LEO&LEO



#### Apontador Metálico

##### CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO

**Altura:** 10mm.

**Largura:** 14mm.

**Comprimento:** 24mm.

- Formato retangular anatômico.
- Resistente.
- Atóxico.

##### COMPOSIÇÃO

- Metal e lâmina em aço inox.

Todos os modelos colacionados apresentam funcionalidade e qualidade idênticas ao modelo em aço carbono, não se justificando sua escolha, em detrimento dos outros produtos prateleira que atendem ao mesmo fim.

**CANETA HIDROGRÁFICA - TIPO JUMBO** - Estojo com 12 cores, dimensões mínimas 16,5mm de diâmetro e 145mm de comprimento. Tinta lavável e atóxica, tampa antiasfixiante na cor da tinta, estojo com janela visor que permita a visualização das cores, ponta não acalante, ponta no formato de ogiva com, no máximo 6mm de diâmetro, embalagem estojo plástico contendo etiquetas de identificação do fabricante, certificada pelo INMETRO e em conformidade com norma ASTM D 4236. Produto similar as marcas: Faber Catell, Acrilex e Compactor.

Para o item "Caneta Hidrográfica Jumbo", o edito exige que o produto apresente dimensões mínimas de 145x16,5mm, a imposição de uma medida mínima ou invés de aproximada, acaba por criar uma trava na captação de ofertas.

A restrição para ofertas de produtos comuns deve, obrigatoriamente, ser motivada, como qualquer ato administrativo. Reside questionar qual fundamento foi utilizado para a escolha das dimensões mínimas? O produto nessas medidas apresenta melhor funcionalidade?

Explica-se: a rigidez na indicação das dimensões atua na redução do espectro de fabricantes capazes de atender as exigências editalícias, ao passo que não se traduz em nenhum benefício para municipalidade.

Inclusive duas das marcas indicadas no edito: "Acrilex" e "Faber-Castell", não seriam aprovadas, em razão das suas dimensões. O que indica que a municipalidade não conhece as especificações do produto ou tenta direcionar, mesmo que indiretamente, a aquisição para uma fabricante, em arrepio aos princípios da competitividade e da economicidade.

**ACRILEX**

#### PROSPECTO DE PRODUTO

<b>DESCRIÇÃO</b>	BIG CANETAS HIDROGRÁFICAS
<b>CONTEÚDO</b>	CONJUNTO COM 12 CORES
<b>FORMATO</b>	ANATÔMICO, INJETADO COM "PP RANDOM" NA COR BRANCA COM DESENHOS NA COR DA TINTA
<b>DIÂMETRO</b>	15 mm
<b>ALTURA</b>	145 mm COM A TAMPA

Ref. Comercial  
**15.0212J**

## HIDROGRÁFICA JUMBO TRIANGULAR – 12 CORES

### Descrição:

Corpo triangular; 12 cores vivas: Bright Pink, Red, Orange, Lemon, Light Green, Turquoise, Light Blue, Royalblue, Purple, Coffe, Ash Black, Black.

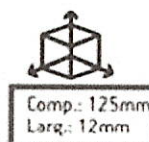
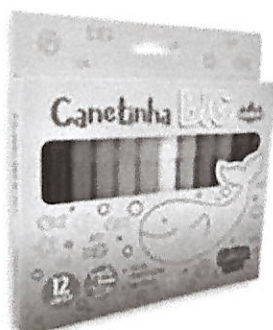
### Características Técnicas:

PARÂMETROS	ESPECIFICAÇÕES
Comprimento	99 mm (sem tampa)
Diâmetro	14 mm
Tinta	Água, corantes e umectantes
Formato da Ponta	Ógiva
Pavio	Polietileno
Ponta	Fibra de poliéster com 4mm de diâmetro
Tampa	Resina termoplástica, Antiasfixiante
Unidade de venda	1 PCT C/ 6 Estojos

Lado outro, observa-se através das marcas colacionados que a dimensão de 125x12mm é amplamente adotada pelas fabricantes.

a) GATTE = 125x12mm

## Canetinha Big Lavável c/ 12 Cores



b) BRW = 125x12,5mm



## Canetinha hidrográfica big - blister c/ 12 cores

### Descrição:

- Cores: Marrom, Roxo, Vermelho, Rosa, Laranja, Amarelo, Verde, Verde Escuro, Azul, Azul Escuro, Cinza e Preto
- Produto certificado pelo Inmetro
- 12 unidades por blister
- Dimensões do blister: 15,7 x 1,3 x 16,2cm
- Dimensões do produto: 125 x 12,5mm

c) PILOT = 125mmx15mm



Detalhes

Tinta removível com lavagem na maioria dos tecidos.

Especificações técnicas:

Ponta de 4 mm;

Medida da caneta 12,5 x 1,5 x 1,5 cm.

Estojo com 12 cores

d) MASTER = 129mmx13mm

## Caneta hidrográfica - BIG BEST

Ref. MK58-12 | Cód. ESCHIDR0002

**Características:** Caneta hidrográfica com ponta grossa, tampa antiasfixiante e cores vibrantes.

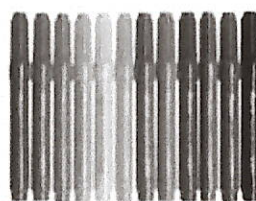
**Composição:** Corpo e tampa em resinas termoplásticas, tinta atóxica composta de água, corantes e umectantes.

Cores: 12 cores

Medidas: 129 mm x 13 mm

Embalagem: Caixa de 1 unidade

Caixa Master: 144 unidades



Código de barras  
 embalagem: 1 898958 319165

Para o item "Gizão de Cera", mais uma vez a municipalidade tenta direcionar o objeto indicando como pressuposto de aceitabilidade do produto suas dimensões e não qualidade.

**GIZÃO DE CERA**, com formato anatômico, pega fácil, que auxilia o desenvolvimento e motricidade da criança, formato cilíndrico, estojo com 12 cores, com no mínimo 112g, padrão grosso, com superfície lisa e uniforme, isento de defeitos e deformações, confeccionados com ceras e pigmentos atóxicos, com resistência suficiente para suportar a pressão normal. O produto deve ser macio e possuir alto poder de cobertura. Diâmetro mínimo de: 12mm, comprimento mínimo: 110mm. Produto de fabricação nacional, certificado com selo compulsório do INMETRO. Produto similar as marcas: Faber Catell, Acrilex e Tilibra.

Até uma das marcas indicadas no edito como referencia: "Acrilex", não atende as dimensões apontadas, ou seja, seria reprovada em uma análise preliminar.

a) ACRILEX = comprimento 108mm x diâmetro 11mm;



#### PROSPECTO DE PRODUTO

DESCRIÇÃO	BIG GIZ DE CERA
CONTEÚDO	CONJUNTO COM 12 CORES
CORES	AZUL TURQUESA, AZUL CELESTE, AMARELO LÍMÃO, VERMELHO FOGO, VERMELHO CARMIM, VERDE BANDEIRA, VERDE VERONESE, LARANJA, SALMAO, BRANCO, PRETO E MARROM.
FORMATO	CILINDRICO
PESO	112g
ALTURA	108 mm
DIÂMETRO	11 mm
COMPOSIÇÃO	CERAS, CARGAS MINERAIS INERTES E PIGMENTOS.
APLICAÇÃO	PARA DESENHAR E PINTAR SOBRE PAPEL, PAPEL CARTÃO E CARTOLINA.
CARACTERÍSTICAS	O FORMATO CILINDRICO FACILITA A PEGA, PRODUTO NÃO TÓXICO, PRONTO PARA USO, CORES VIVAS, TRAÇO MACIO COM ÓTIMA COBERTURA.

Lado outro, da análise de diversas marcas encontradas em prateleira, destaca-se um padrão de 100x11mm para as medidas do modelo.

a) LEO&LEO = comprimento 100mm x diâmetro 11mm;



Leo&Leo

### Giz de Cera Big

12 GIZ DE CERA

  
 CERTIFICADO

  
 FORMATO REDONDO

**CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO**

Altura: 100mm.

Largura: 11mm.

b) MASTER = comprimento 102mm x diâmetro 10mm;

### Gizão de cera

Ref. MK-GC-12/95 | Cód. ESCGIZC0001

Características: Giz de cera grande com alta cobertura e desliza macio no papel

Composição: Ceras, cargas minerais inertes e pigmentos orgânicos.

Cores:	12 cores
Medidas:	102mm x 10mm
Embalagem:	12 unidades
Caixa Master:	100 unidades



Código de barras embalagem



c) PIRATININGA = comprimento 102mm x diâmetro 10,2mm;



### Pira Escolares

Piratinunga Ind. E Com. de Produtos Escolares Eireli  
 CNPJ: 49.034.481/0001-45  
 Inscr. Est.: 336.025.089-119

#### FICHA TÉCNICA

GIZ DE CERA - GC-1616

NOME COMERCIAL DO PRODUTO: Gizão de Cera c/ 12 cores

DESCRIÇÃO DO PRODUTO: Giz de Cera utilizado para pinturas em papéis, cartolinas, telas, etc

Embalagem c/ 12 palitos de cores sortidas (violeta, amarelo, laranja, rosa, azul claro, azul escuro, verde limão, verde escuro, vermelho, marrom claro, marrom escuro e preto)

Medidas aprox.: 11mm de diâmetro x 10,2 cm de altura

d) RADEX= comprimento 89mm x diâmetro 10mm;



REF: 2883  
 GIZ DE CERA - 6 CORES



REF: 2884  
 GIZ DE CERA - 12 CORES



REF: 2562  
 GIZÃO DE CERA - 6 CORES

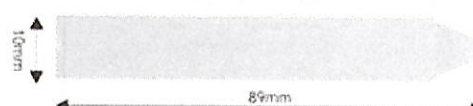


REF: 103  
 GIZÃO DE CERA - 12 CORES

DIMENSÃO DO GIZ DE CERA



DIMENSÃO DO GIZÃO DE CERA



Qual justificativa utilizada para escolha do termo "dimensões mínimas", para esses itens, quando em outros produtos registra-se a indicação de "dimensões aproximadas", opção que favorece a captação de ofertas disponíveis no mercado.

É prudente inferirmos que o modo de aquisição de produtos e serviços pela Administração Pública, sempre que viável, deve ser realizado nas mesmas condições convencionais do mercado externo. Isso favorece a participação de um maior número de empresas, visando fomentar a competitividade do certame, uma vez que tal medida não acarreta prejuízo à definição almejada.

A Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021) em seu art. 74 veda a preferência por marca específica e nos casos que a competição **NÃO** seja viável, a licitação deve ser considerada inexigível e a compra realizada de forma direta.

Na formação do Edital o agente público deve fundamentar a necessidade da aquisição sob 02 (dois) aspectos: i) **técnico-pedagógico**: na escolha das especificações devem incidir sobre a funcionalidade e durabilidade dos itens nas atividades que lhe serão aplicadas. ii) **econômico**: em eventual escolha de especificação, que se mostre dissonante do padrão comercial, essa individualização excessiva na identificação item, apresenta potencial risco na obtenção de economia em escala?

Caso a resposta seja **NEGATIVA**, para as duas premissas destacadas, evidencia que o Órgão Licitante ultrapassou os limites das qualidades mínimas necessárias de identificação do item, incidindo em excessos que ameaçam o caráter competitivo do certame, notadamente por limitar ofertas, a restritas alternativas disponíveis no mercado.

Se existem dois ou mais tipos de produtos diferentes que atendam plenamente ao Edital, porque não permitir que todos possa ser objeto de fornecimento, vencendo aquela concorrente que apresentar o menor preço?

Assim, cumpre delimitar na tabulação das especificações dos produtos, limitando-se a exigir as características imprescindíveis para identificar o que se pretende adquirir. Os fatos narrados acabam por demonstrar que a Municipalidade desceu a minúcias e detalhamentos que criaram uma barreira à ampla competitividade, frustrando a economia em escala.

Não se pode admitir direcionamento, mesmo que indiretos, camuflados sobre o manto da discricionariedade administrativa e, com isso, macular o espírito do pregão: **a busca da proposta mais vantajosa**, que se concretiza justamente pela disputa de ofertas.

Importante destacar, ainda, que os excessos nas especificações do item, deixa claro que Administração, ultrapassou os limites das qualidades mínimas necessárias para identificar o produto, incidindo em excessos que ameaçam o caráter competitivo do certame, notadamente por limitar a oferta disponível no mercado.

Nunca é demais lembrar que a Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021) em seu art. 18, inciso II, veda especificações do objeto que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.

Pode se extrair a conclusão, que a municipalidade não pautou sua escolha através das premissas indicadas, em arrepio aos princípios da legalidade, da competitividade e da economicidade.

### **3. DO MÉRITO**

#### **OFENSA AO PRINCÍPIO DA COMPETIVIDADE**

Prefacialmente, calha trazer a definição de competição dentro do processo licitatório, explanada pelo Excelentíssimo Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

***A competição é a essência do processo licitatório. Ela permite que a Administração Pública adquira bens de melhor qualidade a preços mais baixos. Para isso, as regras da licitação determinadas no Edital devem permitir a participação do maior número possível de participantes, impondo somente as condições necessárias para que as propostas se adequem às necessidades da Administração Pública.***

Importante iniciar a discussão com a definição do que são bens comuns, constante no art. 6º, inciso XIII da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021): "*bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado*".

O legislador andou bem quando, preocupado com a precisão da definição do objeto a ser licitado e sua necessidade, disciplinou no art. 18 da II do referido diploma, *in verbis*:

**Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:**

**I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;**

**II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;**

Perante este panorama, a definição do objeto tem que atender questões técnicas, mercadológicas e ainda nasce o dever de publicizar a justificativa da necessidade da contratação.

Por mais que se entenda existir certa discricionariedade na escolha das especificações do objeto, não há margem para o gestor público, imprimir desejos pessoais ou subjetivos. O art. 74 da Nova Lei de licitações (Lei nº 14.133/21) veda a preferência por marca específica e nos casos que a competição seja inviável, a licitação é considerada inexigível.

**Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:**

**I – aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;**

**(...)**

**§ 1º Para fins do disposto no inciso I do caput deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.**

De tal modo que a inclusão de características que tornam bens comuns, em itens exclusivos, não encontra guarida na norma regente, devendo sempre que possível, o Órgão

Licitante identificar o item, de forma a ampliar ao máximo a captação de ofertas disponíveis no mercado e, nos casos, que a competição seja inviável, além da comprovação da exclusividade, deve o gestor público licitar o produto de forma reservada, garantindo a competitividade para os demais itens que compõe o lote.

Acerca do tema, o Tribunal de Contas da União corrobora o entendimento no Informativo nº 116:

**(...) Impõe-se ao gestor especificar os itens componentes do objeto licitado, em nível de detalhamento que garanta a satisfação das necessidades da Administração, da forma menos onerosa possível.**

O Tribunal de Contas da União consolidou jurisprudência na proibição de inclusão de características atípicas, para se evitar direcionamentos.

**"1. No planejamento de suas aquisições de equipamentos, a Administração deve identificar um conjunto representativo dos diversos modelos existentes no mercado que atendam completamente suas necessidades antes de elaborar as especificações técnicas e a cotação de preços, de modo a caracterizar a realização de ampla pesquisa de mercado e evitar o direcionamento do certame para modelo específico pela inserção no edital de características atípicas. (...)**

**Em sua instrução inicial, a unidade técnica consignou haver indícios de "restrição à competitividade e ao princípio da isonomia, nos termos do art. 3º da Lei 8.666/1993, com indicação disfarçada de marca nas especificações técnicas, em afronta inclusive ao teor da Súmula TCU nº 270, uma vez que na forma em que foram definidos os itens componentes do Edital, especialmente no seu Termo de Referência, houve restrição da participação de outros concorrentes no certame, pois as especificações limitaram o fornecimento de equipamentos a um único fabricante". (...)**

**Explicou o relator que "o direcionamento da licitação pode ocorrer, por exemplo, mediante a utilização de critério subjetivo, o favorecimento a alguma empresa, a preferência inadequada por determinada marca, a ausência do devido parcelamento ou o estabelecimento de exigências excessivas/limitadoras. O direcionamento na descrição do objeto caracteriza-se pela inserção, no instrumento convocatório, de características atípicas dos bens ou serviços a serem adquiridos". Acrescentou que "para mitigar tal risco, é indispensável atentar para a lição contida no Acórdão 2.383/2014-TCU-Plenário, no sentido de que, em licitações para aquisição de equipamentos, havendo no mercado diversos modelos que atendam completamente as necessidades da Administração, deve o órgão licitante identificar um conjunto**

**representativo desses modelos antes de elaborar as especificações técnicas e a cotação de preços, de modo a evitar o direcionamento do certame para modelo específico e a caracterizar a realização de ampla pesquisa de mercado". (...). Acórdão 2829/2015-Plenário, TC 019.804/2014-8, relator Ministro Bruno Dantas, 04.11.2015.**

Os excessos nas exigências destacadas demonstram que a Administração, ultrapassou os limites das qualidades mínimas necessárias de identificação, incidindo em excessos que ameaçam o caráter competitivo do certame, notadamente por limitar a oferta a restritas alternativas disponíveis no mercado.

O fim e não a vontade domina todas as formas de administração, significando que, sem poder ter cunho personalístico, dirigida a alguém para beneficiá-la ou prejudicá-la, a atividade licitatória (para o que nos interessa) precisa visar apenas a finalidade de obter a melhor proposta, e com ela o melhor negócio, para a Administração.

Pelas evidências demonstradas, verifica-se neste exame perfunctório, as questões levantadas na presente impugnação, impactará diretamente na competitividade do certame, consequentemente, prejudicará na obtenção da melhor proposta.

Cumprе destacar, ainda, que o presente certame está passível de ser anulado pelo Poder Judiciário, caso Vossa Senhoria mantenha, data máxima vênia, a indevida exigência. Caso não haja a supressão da exigência ora guerreada, – o que se admite apenas por cautela e amor ao debate –, o presente procedimento licitatório pode ser suspenso e/ou anulado, por meio de Ação Declaratória de Nulidade de Ato Administrativo no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) e de Representação frente ao Tribunal Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), o que não se deseja, mas, se necessário, far-se-á.

Entende-se que o fim precípua da licitação é a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e, há de se entender que a manutenção do edital em todos os seus termos, restará prejudicado a obtenção deste fim.

### **3. REQUERIMENTOS**

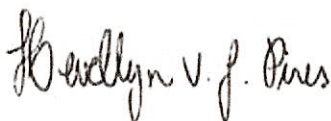
Com base nos fatos e fundamentos expostos, a recorrente vem, mui respeitosamente, perante ao Nobre Pregoeiro, requerer o que segue:

- a) Seja aceito o pedido de impugnação;
- b) Seja retificado as especificações dos itens destacados na presente impugnação, consoante a realidade do mercado, visando fomentar a competitividade do certame, uma vez que tal medida não acarreta prejuízo à definição almejada.

Nestes termos.

Pede deferimento.

Barueri/SP, 02 de dezembro de 2023.



**HEVILLYN VANDRESSA JULIO PIRES**

CPF 499.291.918-95

ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DE:

**SERV TECK FACILITIES LTDA**

**CNPJ: 23.985.691/0001-25**

**NIRE: 35232984271**

Por este instrumento particular e na melhor forma de direito **HEVILLYN VANDRESSA JULIO PIRES**, brasileira, solteira, nascida em 16/04/2001, empresária, portadora da cédula de identidade (RG) nº 60.030.304-4 SSP/SP expedida em 09/08/2021 e do CPF (MF) sob nº 499.291.918-95 residente e domiciliada a Alameda Rio Negro, nº 1030 – Apto 306 – Barueri – SP – CEP: 06454-000 sócias da sociedade limitada sob o nome empresarial de **SERV TECK FACILITIES LTDA**, com sede na Rua Adelino Cardana, 293 – Sala 706 – Bloco C - Centro, Barueri, SP, CEP : 06401147 com o Ato arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE no 35232984271, em sessão de 15/01/2016, inscrita no CNPJ sob nº 23.985.691/0001-25, tem entre si, justos contratados, ALTERAR referido contrato social, como adiante se declara:

1 – Altera-se o objeto social da sociedade para: Atividades de telecomunicação atividades de tele atendimento, monitoramento de sistemas de segurança instalação de portas , janelas tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material obras de acabamento em gesso e estuque serviços de pinturas de edifícios em geral, instalação de painéis publicitários, edição integrada a impressão de cadastros, lista e de outros produtos gráficos, atividades de pós produção cinematográficas, de vídeos e de programas de televisão não especificados anteriormente, comercio atacadista de artigos de escritório e papelaria, comercio varejista de artigos de papelaria, comercio de artigos de armarinho, comercio varejista de livros.

Em virtude da alteração supram, a sócia resolve CONSOLIDAR na íntegra o CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA, que passará a vigorar doravante com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DE:

“SERV TECK FACILITIES LTDA”

CNPJ: 23.985.691/0001-25

NIRE: 35.2.329842-71

**HEVILLYN VANDRESSA JULIO PIRES**, brasileira, solteira, nascida em 16/04/2001, empresária, portadora da cédula de identidade (RG) nº60.030.304-4 SSP/SP expedida em 09/08/2021 e do CPF (MF) sob nº 499.291.918-95 residente e domiciliada a Alameda Rio Negro, nº 1030 – Apto 306 – Barueri – SP – CEP: 06454-000, resolve, neste ato, constituir SOCIEDADE EMPRESARIA do tipo LIMITADA, a qual se regerá, pelas cláusulas presentes neste CONTRATO SOCIAL, a saber:

**DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO.**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – A empresa tem a denominação de “SERV TECK FACILITIES LTDA”.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - A empresa tem sede e domicílio na Rua Adelino Cardana, 293 – Sala 706 – Bloco C - Centro, Barueri, SP, CEP : 06401147., podendo, mediante deliberação da sócia, representando a maioria do capital social, manter e encerrar filiais e escritórios em qualquer localidade do país.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O objeto social da sociedade: Atividades de telecomunicação atividades de tele atendimento, monitoramento de sistemas de segurança instalação de portas , janelas tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material obras de acabamento em gesso e estuque serviços de pinturas de edifícios em geral, instalação de painéis publicitários, edição integrada a impressão de cadastros, lista e de outros produtos gráficos, atividades de pós produção cinematográficas, de vídeos e de programas de televisão não especificados anteriormente, comercio atacadista de artigos de escritório e papelaria, comercio varejista de artigos de papelaria, comercio de artigos de armarinho, comercio varejista de livros

**CLÁUSULA QUARTA** - O prazo de duração da empresa é por tempo indeterminado.

**CLÁUSULA QUINTA** - O capital social da empresa, totalmente subscrito e integralizado pela socia em moeda corrente nacional, é de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), dividido em 280.000 (duzentas e oitenta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuída:

Sócia	Quotas	%	Valor
<b>HEVILLYN VANDRESSA JULIO PIRES</b>	280.000	100	R\$ 280.000,00
Total:	280.000	100	R\$ 280.000,00

### **ADMINISTRAÇÃO**

**CLÁUSULA SEXTA** - A administração da empresa será exercida exclusivamente pela Sra. **HEVILLYN VANDRESSA JULIO PIRES**, que fará uso da denominação assinando sempre isoladamente, o qual terá amplos e plenos poderes para gerir o negócio de acordo com o seu objeto, podendo para isso adotar todo e qualquer ato necessário para o bom exercício de sua atividade gerencial, incluindo a representação da empresa perante bancos, instituições financeiras, bem como perante todas e quaisquer repartições e autoridades públicas, federais, estaduais e municipais, além de poder receber citações e contratar advogados, com os poderes da cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA", Vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como alienar ou onerar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

**CLÁUSULA SÉTIMA** – Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo "a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao empresário, os lucros ou perdas apurados". (art.1.065, CC/2002)

**CLÁUSULA OITAVA** - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, as sócias deliberaram sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso. (arts). 1.071 e 1.072, S 20 e art. 1.078, CC/2002)

**CLAUSULA NONA** - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração do ato constitutivo, devidamente assinada pelo titular da empresa.

**CLAUSULA DECIMA** - Falecendo a socia, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado. (cláusula facultativa).

**CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA** - O(s) administrador(es) da empresa declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**CLAUSULA DECIMA SEGUNDA** - Fica eleito o foro de São Paulo da Comarca do Estado de São Paulo - SP, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo identificadas, devendo a primeira de elas ser arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, ficando as demais vias na sede da empresa.

Barueri, 16 de janeiro de 2023.

HEVILLYN	Assinado de forma
VANDRESSA JULIO	digital por HEVILLYN
PIRES:4992919189	VANDRESSA JULIO
5	PIRES:49929191895
	Dados: 2023.01.17
	14:01:38 -03'00'

**HEVILLYN VANDRESSA JULIO PIRES**

ANEXO VII

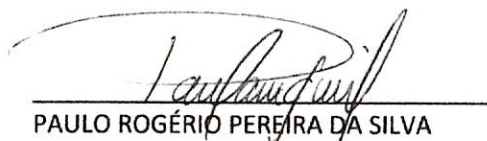
DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, PAULO ROGÉRIO PEREIRA DA SILVA, com inscrição ativa no CRC/SP sob o nº 1SP276650/O-7, SP inscrito no CPF nº 155.524.958-29, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

Documentos apresentados:

- 1 – Capa Requerimento — 1 via
- 2 – Alteração contratual – 3 vias
- 3 - Protocolo de transmissão do CNPJ – DBE – 1 Via

Barueri, 16 de janeiro de 2023

  
PAULO ROGÉRIO PEREIRA DA SILVA  
CRC: 1SP276650/O-7  
CPF: 155.524.958-29



### DECLARAÇÃO

Eu, HEVILLYN VANDRESSA JULIO PIRES, portador do Documento de Identificação nº 603033044, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob nº 49929191895, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa SERV TECK FACILITIES LTDA, **DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado no(a) RUA ADELINO CARDANA, 293 SLA706 BL C - Bairro: CENTRO, Barueri - SP CEP 06401147, **NÃO PODERÁ EXERCER** suas atividades sem que obtenha o parecer municipal sobre a viabilidade de sua instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2 do Decreto Estadual nº 55.660/2010 e sem que tenha um **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO**, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa - Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou em qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.

HEVILLYN  
VANDRESSA JULIO  
PIRES:4992919189

5

Assinado de forma digital  
por HEVILLYN VANDRESSA  
JULIO PIRES:49929191895  
Dados: 2023.01.17  
14:00:29 -03'00'

HEVILLYN VANDRESSA JULIO PIRES (Sócio-Administrador)  
603033044



## TERMO DE CONFERÊNCIA E DIGITALIZAÇÃO

Certifico e dou fé que conferi a documentação referente ao processo **SPP2330022825** da empresa **SERV TECK FACILITIES LTDA** e que as imagens digitalizadas deste processo eletrônico são fiéis aos documentos físicos protocolizados nesta Junta Comercial.

Assina o presente termo de conferência e digitalização, mediante certificado digital, o funcionário/empregado público **Maicon Vinicius Santana Santos**

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 18/01/2023.

Maicon Vinicius Santana Santos, CPF: 37374860854

*Este documento foi assinado digitalmente por Maicon Vinicius Santana Santos e é parte integrante sob o protocolo Nº SPP2330022825.*



## TERMO DE ANÁLISE E DECISÃO.

Defiro a (s) solicitação (ões), sob o (s) protocolo (s) **SPP2330022825** de Consolidação da matriz, Alteração de Dados do Integrante e Alteração de Atividades/Objeto da empresa **SERV TECK FACILITIES LTDA**.

Assina o presente termo de decisão, mediante certificado digital, o Julgador **Maicon Vinicius Santana Santos**.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 18/01/2023.

Maicon Vinicius Santana Santos, CPF: 37374860854

*Este documento foi assinado digitalmente por Maicon Vinicius Santana Santos e é parte integrante sob o protocolo Nº SPP2330022825.*



Processo Nº:	0013 / 24
Rubrica	27

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO E REGISTRO

Autentico que o ato, assinado digitalmente, pertencente a empresa **SERV TECK FACILITIES LTDA de NIRE 35232984271**, protocolizado sob o número **SPP2330022825** em **18/01/2023**, encontra-se registrado na JUCESP sob o número **1005680231**.

Assina o registro a Secretária-Geral **Gisela Simiema Ceschin**.

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo na forma eletrônica, poderão ser verificados no sítio eletrônico: [www.jucesp.sp.gov.br](http://www.jucesp.sp.gov.br), mediante a indicação do número de autenticidade disponível na capa da certidão de inteiro teor.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 18/01/2023.

Gisela Simiema Ceschin, CPF: 31134372884

Comissão de Pregão I

**DESPACHO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 268/2023**

Processo Licitatório nº: 6.390/2023


Processo de Impugnação nº: 0013/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de MATERIAL DIDÁTICO E EXPEDIENTE para atender as Unidades Escolares e o Núcleo Central da Secretaria de Educação no Ano Letivo de 2024.

IMPUGNANTE: SERV TECK FACILITES LTDA - CNPJ sob o nº 23.985.691/0001-25.

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa SERV TECK FACILITES LTDA, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 10.024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 268/2023.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 016, de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que cria a Comissão de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação. 

**I. DAS PRELIMINARES**

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

Comissão de Pregão I

## II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. Em síntese, alega a Impugnante os excessos nas especificações, ultrapassando os limites das qualidades mínimas necessárias para identificar o produto o que ameaça o caráter competitivo do certame por limitar a oferta disponível no mercado.

## III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

06. Em face do exposto, requer:


A) Seja retificado as especificações dos itens destacados na presente impugnação, consoante a realidade do mercado, visando fomentar a competitividade do certame, uma vez que tal medida não acarreta prejuízo à definição almejada.

## IV. DO MÉRITO

07 - Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, na forma do que dispõe o item 30.2 do edital e que, após análise, o processo seja encaminhado à Procuradoria Geral do Município.

Informo que a licitação em tela se encontra marcada para o dia 08 de janeiro de 2024 e, caso necessário, será suspensa *Sine die*, para melhor análise da impugnação interposta.

Nova Friburgo, 03 de janeiro de 2024.

  
**LEONARDO GABRIG PEIXOTO**  
Pregoeiro – Comissão de Pregão I  
Matricula: 206.934



Nova Friburgo, 04 de Janeiro de 2024.

Para: Comissão Permanente de Licitação  
A/C. Leonardo Gabrig Peixoto.  
Pregoeiro.

**Referente Processo nº 6.390/2023 - Pregão Eletrônico nº 268/2023**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Aquisição de MATERIAL DIDÁTICO E EXPEDIENTE para atender as Unidades Escolares e o Núcleo Central da Secretaria de Educação no Ano Letivo de 2024.**

Prezado,

Cumprimentando-o cordialmente, em resposta as manifestações expostas por pedido de impugnação pela Empresa **SERV TECK FACILITIES LTDA**, fitando dar prosseguimento no Processo Licitatório tendo em vista a necessidade da aquisição de diversos materiais para atender o alunado da Rede Escolar do Município de Nova Friburgo, vimos apresentar as informações que se seguem:

O Município de Nova Friburgo ao longo dos anos vem optando por produtos ecologicamente corretos, sustentáveis e conservadoras dos recursos naturais, afinal, existe uma Lei Estadual que apóia e orienta ao consumo sustentável por conta do poder público. Concomitantemente prezando pela saúde e bem estar de seus usuários. **Não tendo nenhum intuito de direcionamento de Marcas e/ou Empresas**, apenas a “similaridade” com as marcas, conhecidamente, por sua durabilidade e qualidade dos produtos pretendidos para atender nosso alunado. Além disso, a Secretaria Municipal de Educação deseja se prevenir também de contaminações tóxicas ou nocivas à saúde de seus alunos, que porventura, possam existir nos produtos licitados. Somente a certificação do Inmetro não é suficiente para garantir a qualidade e a segurança dos produtos ofertados.

**“Lei Nº 7973 de 23 de Maio de 2018.** Altera a Lei nº 3.325 de 17 de dezembro de 1999 que Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental, cria o Programa Estadual de Educação Ambiental e Complementa a Lei Federal Nº 9.795/99 no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.”

“Segundo o Art. 3º da Lei Nº 8.666/1993 - Licitação Sustentável é aquela que destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável... (Redação dada pela Lei Nº 12.349, de 2010). Nesse sentido, pode-se dizer que a licitação sustentável é o procedimento administrativo formal que contribui para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, mediante a inserção de critérios sociais, ambientais e econômicos nas aquisições de bens,



contratações de serviços e execução de obras. De uma maneira geral, trata-se da utilização do poder de compra do setor público para gerar benefícios econômicos e socioambientais."

A Empresa impugnante, a **SERV TECK FACILITIES LTDA**, diz respeito à exigência da Norma técnica ASTM D 4236 que trata sobre a rotulagem de produtos e seus certificados.

"A Norma D-4236 refere-se à rotulagem correta para aconselhar os consumidores sobre qualquer toxicidade ou riscos crônicos à saúde dos produtos, predominantemente no setor de materiais artísticos."

- Para o item Apontador de Metal optamos pela lâmina em aço carbono prezando pela durabilidade do item. Tivemos experiências com lâminas em aço inox que apresentaram oxidação com pouco tempo de uso.
- Para os demais itens, a Empresa supracitada não vislumbrará êxito em seus apontamentos. Várias marcas atendem o descritivo do edital. Nota-se que solicitamos produtos com dimensões mínimas, podendo qualquer Empresa ofertar produto com dimensões acima do solicitado. Além do mais, já trabalhamos e conhecemos algumas marcas com as mesmas especificações, sendo de boa aceitação pela qualidade e durabilidade. Nota-se ainda que a Empresa menciona no documento a marca ACRILEX, cujo a marca já é conhecida e adquirida por nós, atendendo satisfatoriamente o descritivo exigido.

Vale ressaltar que o nosso objetivo é ofertar para o nosso alunado Materiais de qualidade, visando durabilidade, economicidade e satisfação. Da mesma forma que a descrição do objeto, por mais necessidade ou cuidado, deve ser necessário a cautela, muitas vezes para garantir uma boa aquisição, controle, qualidade, funcionalidade, durabilidade e desempenho do produto, teste de verificação etc.

Na certeza da melhor acolhida e a disposição para quaisquer esclarecimentos necessários, despedimo-nos renovando os votos da mais elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

**Miguel Angelo Bueno Fernandes**  
Coordenador do Almoxarifado da  
Secretaria Municipal de Educação  
Matrícula 116275

Processo nº 0013/2024

Requerente: Serv Teck Facilites LTDA

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão eLETRÔNICO N. 268/2023 - Processo Licitatório n. 6.390/2023

Ao Ilmo. Sr. Subprocurador de Assuntos Administrativos,

## I - RELATÓRIO

Trata-se de impugnação interposta pela empresa Serv Teck Facilites LTDA, com fulcro na Lei n. 10.520/2002 e no Decreto n. 10.024/2019, subsidiados pela Lei n. 8.666/1993, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n. 268/2023, que tem por objeto licitar Material didático e de expediente para atender as Unidades Escolares e o Núcleo Central da Secretaria de Educação no Ano Letivo de 2024.

Em suma, a empresa alega em sua peça de impugnação excessos nas especificações, ultrapassando os limites das qualidades mínimas necessárias para identificar o produto, o que ameaça o caráter competitivo do certame por limitar a oferta disponível no mercado.

Às fls. 30/31 consta manifestação técnica do Coordenador de Almoxarifado da Secretaria de Educação, esclarecendo que não assiste razão à impugnante, visto que apontam que o Município vem optando por produtos ecologicamente corretos, sustentáveis e conservadoras dos recursos naturais. Afirma ainda que a Secretaria não tem nenhum intuito de direcionamento de Marcas e/ou Empresas, apenas a “similaridade” com as marcas, conhecidamente, por sua durabilidade e qualidade dos produtos pretendidos para atender a rede de ensino.

Ressalta ainda a Secretaria que o objetivo é ofertar para o alunado materiais de qualidade, visando durabilidade, economicidade e satisfação. Da mesma forma que a descrição do objeto, por mais necessidade ou cuidado, deve ser necessário a cautela, muitas vezes para garantir uma boa aquisição, controle, qualidade, funcionalidade, durabilidade e desempenho do produto, teste de verificação, entre outras coisas.

Por fim, os autos foram encaminhados a esta Procuradoria-Geral.

É o breve relatório. Passa-se ao parecer.

## II - DA ANÁLISE JURÍDICA



PROCESSO Nº 0013  
DIA 05/01/2024

Folhas Nº 33

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada é tempestiva, em conformidade com o item 24.1 do Edital e o art. 24 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Pois bem. Conforme previsto nos subitens 24.2 e 24.3 do edital, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Nesse sentido dispõe o art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019:

*Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.*

*§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.*

Inicialmente, verifica-se que **não foi impugnado qualquer aspecto legal ou jurídico referente ao edital licitatório**, mas tão somente aspectos técnicos.

Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.

Por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, **cabe à Secretaria de Educação sua análise, que é a secretaria requisitante, considerando que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria**, não podendo opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame.

Verifica-se que a Secretaria de Educação, às fls. 30/31, por meio do seu setor técnico, isto é, da Coordenação do Almoxarifado, informou que “ Não tendo nenhum intuito de direcionamento de Marcas e/ou Empresas, apenas a “similaridade” com as marcas, conhecidamente, por sua durabilidade e qualidade dos produtos pretendidos para atender



nosso alunado. Além disso, a Secretaria Municipal de Educação deseja se prevenir também de contaminações tóxicas ou nocivas à saúde de seus alunos, que porventura, possam existir nos produtos licitados. Somente certificação do Inmetro não é suficiente para garantir a qualidade e a segurança dos produtos ofertados”.

Portanto, considerando que o setor técnico da Secretaria Municipal de Educação afirma que a especificação técnica dos itens questionados está correta, não acarretando restrição à competitividade do certame, sendo de sua expertise a definição das especificações técnicas do objeto licitado, s.m.j., não assiste razão à empresa impugnante. Todavia, como já narrado anteriormente, tratando-se de especificação técnica, e não tendo sido suscitada nenhuma dúvida jurídica, não cabe a esta Procuradoria-Geral qualquer análise.

### III - CONCLUSÃO

Pelo exposto, opina-se opina-se pela remessa dos autos à Comissão de Pregão I para ciência e decisão de sua competência, na forma do art. 24 do Decreto Municipal n. 599/2020 e art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 05 de janeiro de 2023.

*Amanda Foly Azevedo*  
Amanda Foly Azevedo

Assessor Nível Intermediário de Processos Administrativos  
Subprocuradoria de Processos Administrativos  
Matrícula nº115.212

